

Versões de Maurina: a trajetória de Maurina Borges da Silveira em narrativas literárias

Versions of Maurina: the trajectory of Maurina Borges da Silveira in literary narratives

João Lenon Siqueira Pereira¹

Caroline Jaques Cubas²

Resumo: O objetivo deste artigo é promover um debate, a partir das aproximações e distanciamentos entre história e ficção, a respeito da trajetória de Maurina Borges da Silveira. Madre Maurina, religiosa que em 1969 dirigiu o orfanato Lar Santana em Ribeirão Preto, foi acusada de subversão e envolvimento com as Forças Armadas de Libertação Nacional – FALN pelo regime militar. Presa, a Madre foi submetida a torturas e, em 1970, exilada no México. Sua história, que é ainda hoje bastante controversa, reflete os desmandos, abusos e violências que marcaram o período da ditadura militar no Brasil e inspirou obras de caráter ficcional de diferentes gêneros. Entre elas, “Milagre na Cela”, de Jorge Andrade e “Imaculada”, de Denise Assis. As duas obras são aqui analisadas a partir das reflexões de autores como Hayden White e Sandra Pesavento, evidenciando os diálogos que podem ser estabelecidos entre narrativas literárias e narrativas históricas.

Palavras chave: Maurina Borges da Silveira; Trajetória; Ficção.

Abstract: The purpose of this article is to promote a debate, based on the approximations and distances between history and fiction, about the trajectory of Maurina Borges da Silveira. Mother Maurina, a religious who in 1969 ran the Lar Santana orphanage in Ribeirão Preto, was accused of subversion and involvement with the Armed Forces of National Liberation - FALN by the military regime. Arrested, the mother was subjected to torture and, in 1970, exiled in Mexico. Its history, which is still very controversial today, reflects the abuses, abuses and violence that marked the period of the military dictatorship in Brazil and inspired works of a fictional character of different genres. Among them, “Milagre na Cela”, by Jorge Andrade and “Imaculada”, by Denise Assis. The two works are analyzed here based on the reflections of authors like Hayden White and Sandra Pesavento, showing the dialogues that can be established between literary and historical narratives.

Keywords: Maurina Borges da Silveira; Trajectory; Fiction.

Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma
história.

(Hannah Arendt)

O presente artigo apresenta os diálogos percebidos entre literatura e história acerca da trajetória de Maurina Borges da Silveira. Tais diálogos nos parecem fundamentais na medida em que, em consonância com o que nos diz Paul Ricoeur (2010), tanto uma quanto

¹ Graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

² Doutora em História e professora na Universidade do Estado de Santa Catarina.

a outra, guardadas suas especificidades, buscam atribuir formas e sentidos à experiência vivida. Eis porque, neste artigo, buscamos identificar alguns elementos narrativos ficcionais que, através de evidentes aproximações a eventos ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, apresentam versões possíveis de um passado ainda bastante presente.

O caso de Maurina Borges da Silveira é bastante peculiar e denuncia uma série de abusos e desmandos perpetrados pelo regime autoritário instaurado no Brasil a partir de 1964. Em novembro de 1969, Madre Maurina Borges da Silveira, religiosa pertencente à Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição, foi presa por integrantes da Operação Bandeirantes sob a acusação de acobertar grupos terroristas que realizavam reuniões em uma sala do Lar Santana, orfanato dirigido pela religiosa, em Ribeirão Preto/SP. O acontecimento ilustrou páginas de jornais da época e, a partir daí, ensejou uma trajetória de lutas, apelos e movimentações que se estenderam por mais de uma década. A história de Maurina, por mais que se apresente como peculiar e, consequentemente, instigue diversos questionamentos, ainda permanece envolta em silêncios e interrogações difíceis de serem devidamente respondidos.

A prisão de Madre Maurina causou grande comoção entre os membros da Igreja Católica e motivou, aliada à confirmação do uso de torturas em padres encarcerados em fins da década de 1960, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) a iniciar um embate público pela libertação dos presos políticos e pelo respeito aos Direitos Humanos. O órgão passou, a partir de então, a opor-se institucionalmente a inúmeras atitudes do governo militar.

Em março de 1970, o nome de Maurina foi elencado na lista dos presos políticos a serem extraditados em troca da vida do cônsul japonês Nobuo Okuchi, sequestrado por militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ainda que as explicações sobre a inclusão do nome de Maurina na lista sejam, até o presente momento, contraditórias, o ato resultou em seu exílio no México, onde ficou durante quatorze anos. A Madre retornou ao Brasil duas vezes, em 1979 para o julgamento que a absolveu por falta de provas, e em 1984, quando regressou definitivamente, permanecendo no país até sua morte, em 2011.

Apesar de peculiar, o caso é tratado pela historiografia de forma bastante incipiente. Dentre as chaves de compreensão desta constatação, destacamos o fato de que as relações entre Igreja Católica e ditadura militar, ainda que amplamente discutidas em termos historiográficos³, dedicam-se quase que exclusivamente às ações de padres e bispos, obliterando, assim, a presença (menos evidente, mas igualmente relevante) das religiosas mulheres⁴. Em 2014 a Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP) lançou o livro intitulado “A coragem da inocência”, organizado pelo presidente da Associação, Saulo Gomes, pelo jornalista Moacyr Castro e pelo irmão de Maurina, Frei Manoel Borges da Silveira. A obra, apesar de importante e com uma finalidade própria, não resulta de uma investigação histórica. O que encontramos no livro é a construção de um discurso biográfico altamente engajado, pautado em cartas e depoimentos, o qual afirma enfaticamente que “a coragem e a inocência são de Madre Maurina Borges da Silveira. A covardia e a culpa são dos ditadores e seus cúmplices, corajosos só enquanto os acoberta a ditadura, mas serão covardes e culpados para sempre” (SILVEIRA; GOMES; CASTRO, 2014, p. 7).

Ainda que o tema seja pouco abordado pela historiografia, encontramos, no universo ficcional, narrativas com evidente alusão ao caso de Madre Maurina. Entre elas, destacam-se: “Milagre na Cela”, publicado em 1977 pelo dramaturgo Jorge Andrade; “Sombras da repressão: O outono de Maurina Borges”, publicado pela jornalista Matilde Leone em 1998, e “Imaculada”, da também jornalista Denise Assis, publicado em 2013. Ao versarem a partir de diferentes abordagens sobre o referido caso, ambas as obras possibilitam análises importantes a respeito da construção de narrativas onde se fazem presentes os diálogos entre a ficção e a história. Como o trabalho de Matilde Leone apresenta algumas dificuldades em termos de classificação, na medida em que perambula

³ Ver: GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971 – 1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

⁴ Sobre a participação de religiosas em movimentos de resistência e oposição à ditadura militar no Brasil cf. CUBAS, Caroline Jaques. *Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

entre os gêneros, apresentando-se como um romance histórico⁵ e mantendo o nome de Maurina como personagem principal, dentre esses é o que mais se distancia daquilo que, em termos gerais, seria caracterizado como um texto ficcional. Por essa razão, a nossa atenção se dá apenas aos outros dois textos.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente, a historiografia expandiu as possibilidades de análise e instrumentalizou a História com diferentes suportes que passariam a ser considerados capazes de responder às questões historiadoras, desde que classificados pelo pesquisador como uma fonte que oferece respostas aos problemas suscitados. Neste sentido, a literatura como fonte histórica ocupou e ocupa um espaço significativo nos trabalhos historiográficos, principalmente se "o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado" (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Portanto, as obras às quais nos referimos nesse trabalho tornam-se fontes para pensar construções narrativas que atravessam o campo ficcional, apresentando elementos históricos possíveis e ambientados em uma realidade social e política de autoritarismo e perseguição. A obra de Denise Assis (2013), escrita e publicada em um contexto de Comissões da Verdade, apresenta a história da freira Imaculada – que dá título ao livro – e que, tal qual Madre Maurina, é submetida a diferentes formas de violência no cárcere. O historiador Carlos Fico, ao prefaciá-la, ressalta elementos de fidedignidade aos eventos de um passado recente, aos quais Assis faz evidente referência:

Alguém pode contestar que haja apuro jornalístico em uma obra de ficção, mas os que conhecem um pouco a história trágica que este livro retrata bem saberão a que me refiro. As passagens em que Denise relata a tortura são pungentes. Os ambientes, as práticas, o perfil dos agentes da repressão, sua linguagem, seus hábitos, tudo está ali, com muita fidedignidade. A brutalidade contra a mulher, a tortura combinada com o machismo e o constrangimento sexual eram práticas constantes da polícia do regime militar (FICO, 2013, p. 13-14).

⁵ Uma reflexão bastante profícua sobre essa questão é apresentada por Ivan Jablonka, no ensaio O terceiro continente. Cf. JABLONKA, Ivan. O terceiro continente. *ArtCultura*, Uberlândia, v.19, n.35, p. 9-17, jul-dez. 2017.

Dentre os elementos identificáveis da trajetória de Madre Maurina no livro de Assis, destacamos: os motivos que justificariam a denúncia e a prisão, a tortura, a possibilidade do estupro e a vida no exílio.

Escrita no início dos anos de 1970, portanto, temporalmente próxima do caso envolvendo Maurina, a peça teatral “Milagre na Cella”, de Jorge Andrade, narra igualmente a história de uma freira acusada de subversão, encarcerada por esse motivo, e que protagoniza, na prisão, situações de absoluta violência com consequências incomuns. Em entrevista concedida a Edla Von Steen em 1981, Andrade conta ter juntado a experiência de quatro pessoas que conheceu: quatro mulheres, sendo duas religiosas e duas educadoras, que teriam sido presas por suas ideias e modos de encarar a vida (FIRMINO, 2015, p. 423). Embora não exista nenhuma confirmação explícita do autor assumindo que a peça seja uma referência aos eventos envolvendo Maurina, alguns autores afirmam ser bastante evidente as ligações existentes entre o caso e a peça de teatro. É o caso de Dênis Firmino, para quem os acontecimentos envolvendo a Madre Maurina serviram de inspiração para a escrita de Andrade: “a história da religiosa repercutiu não apenas nos meios de comunicação, mas provocou a sensibilidade de autores como Jorge Andrade. O dramaturgo utilizou a literatura para denunciar os excessos dos militares [...]” (FIRMINO, 2016, p. 162).

No que tange às relações entre História e literatura, é importante ressaltar que, mesmo que ambas busquem atribuir forma e sentido à experiência através da escrita, a narrativa histórica e a narrativa ficcional apresentam distinções. Embora a História, conforme aponta Hayden White (1998), seja conformada através de exercícios de interpretação, criação e escolhas – inclusive linguísticas –, na literatura há licença expressa para a invenção. A História, lembrando a clássica operação descrita por Certeau (2002), imprescinde de seus métodos e suas fontes. Não se trata de reivindicar o estatuto de verdade, na medida em que acolhemos a percepção da História como uma possibilidade representativa da realidade; por outro lado, embora compartilhem – e, muitas vezes, confundam – aspectos narrativos, é preciso ter em conta que as exigências feitas ao texto literário são distintas daquelas que legitimam o texto historiográfico. Na concepção de Sandra Pesavento, existe,

para o historiador, um condicionamento à liberdade da criação ficcional porque existe, igualmente, um compromisso autoral com relação ao seu ofício. Para a autora, “o historiador quer e se empenha em atingir o real acontecido, uma verdade possível, aproximada do real tanto quanto lhe for permitido. Esta é a sua meta, a razão de seu trabalho e este desejo de verdade impõe limites à criação” (PESAVENTO, 2006, n.p.). Por mais que saibamos da incapacidade de atingir o passado tal qual ele foi, em sua completude e temporalidade, existem compromissos com o trato das fontes que balizam a escrita historiográfica e que organizam as narrativas construídas. Parece-nos exemplar, nesse sentido, o final da introdução de “O Retorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. Nesta emblemática obra, a autora afirma: “O que aqui ofereço ao leitor é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado” (DAVIS, 1987, p. 21). Assim, ao assumir o exercício da invenção na constituição de seu trabalho, a autora anuncia essa invenção de antemão ao leitor, e, também, o lembra de onde parte sua criação.

As obras “Imaculada” (2013) e “Milagre na Cela” (1977) foram escritas em contextos distintos, mas apresentam argumentos similares: uma freira é presa por atos considerados subversivos e, a partir da prisão, desencadeiam-se situações que denunciam um período histórico conhecido por todos nós. Podem ser caracterizadas como ficcionais, embora assumam formatos diversos: “Imaculada” é um romance, e “Milagre na Cela”, um drama (peça teatral). Os livros inscrevem-se, assim, como possibilidades interpretativas e apropriações de um passado que, ainda presente, soa incômodo e latente.

Milagre na cela

Publicada em 1977 pelo dramaturgo Jorge Andrade, “Milagre na cela” compartilha certa contemporaneidade com nosso evento-referência. Conforme Dênis Firmino, Andrade tem na memória o fio condutor de composição das suas obras, sendo que “Milagre na Cela” é aquela que suscita “reflexões sobre contextos em que a tortura ocupava papel central para oprimir indivíduos considerados subversivos pela ditadura” (FIRMINO, 2015, p.

420). Essa temática se faz marcante na dramaturgia de Andrade, sendo debatida não somente em “Milagre na cela”, mas igualmente em “O Incêndio”, de 1979.

Em “Milagre na Cela”, Irmã Joana de Jesus Crucificado é a protagonista presa sob a acusação de enviar ao exterior informações que condenam práticas abusivas por parte dos militares. Apresenta-se ao delegado Daniel como freira e orientadora educacional, o que fortalece ainda mais o tratamento totalmente arbitrário que receberá por parte do delegado: “Ela se diz freira. Hummm! Se fosse vivia no convento, vestia hábito e agia como verdadeira religiosa” (ANDRADE, 1977, p. 16).

A referência ao (não) uso do hábito religioso remonta a importantes mudanças oficializadas pela Igreja Católica a partir da década de 1960, quando o Papa João XXIII convoca o Concílio Vaticano II para, dentre outros objetivos, reaproximar a Igreja dos seus fiéis. A liberdade religiosa e o papel de freiras e padres como participantes ativos das mudanças inseridas na sociedade foram temas de amplos debates nas reuniões conciliares. A este respeito, Caroline Cubas afirma que “as possibilidades de abandono gradual do hábito religioso e da batina assim como a vida em inserção foram sugeridas com esse propósito” (CUBAS, 2014, p. 18).

Tais mudanças possibilitaram uma maior inserção de membros da Igreja em trabalhos e movimentos sociais. Não portar o hábito religioso facilitava, para alguns, o contato com as comunidades. Ao mesmo tempo, o uso do hábito sempre foi um elemento distintivo do que significava a vida consagrada e, com o abandono do mesmo, perdia-se uma certa aura de sacralidade representada pela vestimenta. É válido apontar que o abandono do hábito religioso fora implementado em caráter opcional, sendo que várias congregações alinhadas escolheram mantê-lo em suas práticas pastorais. O tema foi amplamente debatido durante a realização do Concílio Vaticano II, permaneceu controverso durante as décadas de 1960 e 1970 e ganhou divulgação em jornais e revistas, inclusive no Brasil (CUBAS, 2018). Nesse sentido, acreditamos que o tratamento despendido à Irmã Joana na peça deve ser compreendido como uma realidade histórica inserida nesse contexto de disputas e contestação.

Ao longo do livro, Irmã Joana é presa em uma cela junto à prostituta Jupira, com quem dialoga em todos os momentos. Colocá-la junto a uma prostituta teve por objetivo desmoralizá-la, mostrando que o papel que se espera de uma freira não é político, apenas apostólico. Quando Jupira questiona a ausência do hábito, Joana responde: “fica mais fácil de ser aceita onde preciso trabalhar. Depois, o hábito não faz o monge” (ANDRADE, 1977, p. 29).

As características tecidas por Andrade através de sua personagem convergem no papel construído historicamente às freiras e, conseqüentemente, em tudo aquilo que, enquanto possibilidade de engajamento político, fugia a um padrão estabelecido de vida religiosa feminina. Em determinada passagem do texto, quando a madre superiora do convento anuncia a prisão de Irmã Joana, as outras freiras questionam abruptamente os atos e escolhas da protagonista: “Ela não é freira como nós”, “Nunca se sacrificou realmente”, “Vivia sonhando com o mundo lá fora. Nosso mundo é aqui.” (ANDRADE, 1977, p. 24).

Assim como Irmã Joana, Madre Maurina foi acusada de praticar e corroborar com atos considerados subversivos pelo regime ditatorial. Seu crime, segundo as autoridades militares, consistia em abrigar membros do grupo revolucionário de esquerda Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), grupo este que debatia questões sociais e de resistência ao regime, no orfanato dirigido pela freira. Ao saber da prisão de um dos membros do grupo e, conseqüentemente, saber da ligação que o grupo mantinha com organizações de guerrilha, Madre Maurina queimou os materiais utilizados pelo grupo, que estavam abrigados em uma das salas do orfanato, e esse ato serviu como indício de sua cumplicidade. Quando presa, escreveu uma carta ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, afirmando sua inocência e relatando os abusos sofridos no cárcere. Entre outros insultos, relatou que o fato de ser freira e não portar o hábito religioso estimulou assédio e torturas, conforme observamos neste trecho da carta endereçada ao ministro:

Você não é filha de Deus. Fica sabendo que teremos o prazer de prender bispos e padres. Não pense você que eles poderão te livrar. O que você tem nos joelhos são cicatrizes de tanto rezar... e por que não reza agora? Não adianta mais. Você

não é mais virgem. Vamos fazer um exame ginecológico. Jogou o hábito fora, ótimo. Podemos fazer de você o que queremos..." (SILVEIRA, 1969).

Se nos atentarmos a estes elementos no texto de Jorge Andrade, é possível afirmar que eles figuram como "indícios de que a religiosa a qual o dramaturgo teve como referência seja Maurina Borges da Silveira [...]. O caso da Madre, na época, foi um dos fatos que obtiveram repercussão junto à sociedade." (FIRMINO, 2016, p. 47-48).

Na ditadura militar brasileira, período em que a obra foi escrita, e sua narrativa ambientada, "a tortura foi convertida em sistemática e ocorria a vários métodos" (JOFFILY, 2016, p. 76). Andrade endereça quase todas as cenas da peça às celas do presídio onde Irmã Joana está encarcerada e, de todas as abordagens feitas pelo autor, a tortura é a que se torna mais latente aos olhos do público. O delegado, junto ao carcereiro Cícero, utiliza de diferentes métodos para obter a confissão da religiosa. O primeiro, chamado de "fórmula número I", pretende vencer a freira pela fome, pelo cansaço e pelo sono, porém, Irmã Joana permanece calada sem fazer nenhuma confissão. Em uma segunda tentativa, a freira é colocada em uma cela solitária diante de uma privada entupida e, apesar do odor insuportável, continua resistindo.

Cícero, o carcereiro, questiona ao delegado: "Três dias de interrogatórios, dois na solitária e não confessou nada? [...] O que está acontecendo, doutor? [...] O senhor não costuma perder nenhuma presa. Ninguém resiste o senhor mais do que dois dias! Será porque é freira?" (ANDRADE, 1977, p. 44). Nesse momento, o autor faz uso de sua licença criativa e constrói um desfecho bastante ousado: o envolvimento sexual e emocional de Joana com o delegado. Daniel decide que o estupro é a única forma de fazê-la confessar seus crimes. Para ele, uma freira jamais suportaria esse ato. Porém, é surpreendido pela reação de Joana que acaba por ceder às investidas do delegado. É através do estupro que ocorre, na peça, o envolvimento emocional entre a freira e o delegado. Daniel, em uma sorte de Síndrome de Estocolmo invertida, fica completamente apaixonado por Irmã Joana, e seu desejo maior passa a ser a libertação da freira, para que possa ficar com ele. Esse sentimento aumenta quando descobre sua gravidez, ponto chave na narrativa de Jorge Andrade.

Essa passagem remete, uma vez mais, a relatos – bastante controversos – sobre a trajetória de Madre Maurina. Uma das incertezas que pairam acerca do caso, e que supostamente poderia explicar a inclusão do nome da religiosa na lista de presos que deveriam ser exilados, é a de uma possível gravidez. Essa teria ocorrido após um estupro cometido por um agente da polícia durante um dos interrogatórios. A esse respeito, no livro anteriormente referenciado, “A coragem da inocência”, que reúne depoimentos, sobretudo de familiares e amigos coletados durante as sessões da Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo, vale atentar às palavras de Dom Paulo Evaristo Arns:

Não negarei as evidências das sevícias sexuais, pois isso fica demonstrado na carta e no depoimento das presas que estavam com ela em Ribeirão e também passaram por esses horrores. Mas posso garantir que ela não engravidou, pois jamais cometeria um aborto, o que não é permitido pela Igreja. Estive com a irmã todos os dias na prisão, enquanto esteve em São Paulo, e fui duas vezes ao México visitá-la, acompanhar o seu processo de adaptação. Isso não é coisa que não se perceba. Nunca a encontrei diferente de sua aparência normal. Sobre as sevícias, ela deve ter ficado constrangida e nada me disse. (ARNS apud SILVEIRA; GOMES; CASTRO, 2014, p. 98).

Protagonista na peça ao lado de Joana, o delegado Daniel aparece em duas dimensões totalmente distintas: um monstro torturador e um exemplar marido e pai de família. Essa dualidade é utilizada pelo escritor justamente para apresentar de forma densa e complexa as figuras repressivas no período ditatorial. Antônio Cândido, ao assinar o prefácio, sustenta que “a peça de Jorge Andrade é retrato de época e denúncia do mal; mas também estudo do homem” (CANDIDO, 1977, p. 09). Tal percepção se assemelha àquela expressa pela filósofa Hannah Arendt quando, após acompanhar de perto o julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, teorizou sobre a imagem que o réu apresentava diante do júri, uma imagem absolutamente diferente do “monstro” nazista que todos esperavam encontrar. Ao dissertar sobre a “banalidade do mal”, a autora escreve que “o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDT, 1999, p. 299).

Em “Milagre na cela”, desde as primeiras cenas, encontramos, através do personagem delegado Daniel, a disposição de que tudo seria válido, desde que resultasse na confissão dos crimes de subversão realizados por Irmã Joana. O poder era exercido pela sevícia e pela capacidade de oprimir, tal qual ocorria nos centros repressivos. As ações de Daniel, com objetivos evidentes de encontrar provas para justificar as violências praticadas, denotam que “a presença do Estado e seu poder estão sintetizados na atuação perniciosa deste personagem” (OLIVEIRA, 1980, p. 52). Identificamos nesse personagem a personificação de um Estado repressivo: um sujeito autoritário que usa da arbitrariedade para a manutenção da ordem. As características atribuídas ao delegado Daniel remetem, uma vez mais, às descrições realizadas por Madre Maurina, na carta enviada ao ministro da justiça brasileiro, em 1969:

Depois de quase meia hora de espera, começaram os interrogatórios. [...] foi através dos elementos que me interrogavam que aprendi o que era terrorismo. Não me foi possível continuar, pois interrompiam-me a cada instante, com gritarias e ameaças, usando uma terminologia a qual sinto-me envergonhada de repeti-la. (SILVEIRA, 1969)

Quando houve a divulgação da prisão e a suspeita de torturas contra Madre Maurina, Dom Felício da Cunha Vasconcelos, bispo da arquidiocese de Ribeirão Preto, excomungou os delegados Miguel Lamano e Renato Ribeiro Soares. Essa excomunhão teve repercussão na imprensa do período, expondo Lamano e Soares como responsáveis por atos truculentos e abusivos, similares aos praticados pelo delegado Daniel, do livro “Milagre na cela”, de Andrade.

A relevância dessa passagem é melhor interpretada quando lembramos que na primeira metade da década de 1960, a Igreja Católica desempenhou um papel importante no apoio ao regime, alinhando-se ao discurso da luta anticomunista. Foi decisiva sua participação na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que reuniu cerca de 500 mil pessoas em São Paulo contra o governo de João Goulart. Porém, na medida em que as práticas autoritárias e a repressão aumentavam gradativamente, as violações dos direitos

humanos ficavam cada vez mais evidentes – incluindo a prisão de padres –, o apoio à ditadura militar foi diminuindo (CUBAS, 2018).

A prisão de Madre Maurina e seus respectivos desdobramentos foi certamente um dos acontecimentos a desestabilizar o posicionamento assumido pela oficialidade católica. Na segunda metade da década de 1960, houve pronunciamentos de membros da Igreja, participação em mobilizações diversas, excomunhão de delegados, entre outras ações que nos permitem perceber alterações nas relações entre Igreja e Estado (SERBIN, 2001).

Em “Milagre na cela”, a participação da Igreja Católica e seus representantes nos acontecimentos envolvendo Irmã Joana é evidenciada no diálogo transcrito a seguir:

Freira- Presa, madre? [...] Como uma criminosa qualquer?

Madre- Irmã Joana não é uma criminosa. [...]

Freira- A senhora não devia ter dado autorização para ela sair e continuar como freira da nossa congregação.

Madre- Ela pediu autorização ao bispo e ele concordou. Irmã Joana se comprometeu a respeitar o espírito da congregação em qualquer trabalho que viesse a fazer. [...]

Freira- E a senhora vai intervir a favor dela?

Madre- Isto, só o bispo pode fazer. [...]

Freira- Que gente horrível ela vai encontrar na prisão! Será que as autoridades vão protegê-la?

Madre- Claro que vão proteger. Ela é uma freira, e não estamos no tempo da inquisição. Não se usa mais martirizar ninguém. Devemos nos voltar para Deus e rezar. Ajoelhem-se e rezem comigo pela Irmã Joana de Jesus Crucificado (ANDRADE, 1977, pp. 23 - 24).

Esse diálogo possibilita uma aproximação importante com o caso de Madre Maurina. A figura do bispo emerge como possível interventor em favor da religiosa. Tal passagem lembra-nos o esforço de membros da Igreja em interceder por Madre Maurina na ocasião de sua prisão. Dom Paulo Evaristo Arns, por exemplo, acompanhou de perto a situação de Maurina e “influiu em sua transferência para a capital, onde ficaria instalada na prisão feminina de Bom Pastor, em Tremembé” (SILVEIRA; GOMES; CASTRO, 2014, p. 97).

Na carta escrita ao ministro da justiça, em dezembro de 1969, Madre Maurina relata que as acusações feitas durante seu interrogatório e que insinuavam ser ela uma “socialista” não condiziam com sua vida de fé e devoção a Deus. Não havia, segundo sua escrita, participação em ações eminentemente políticas: “o meu ideal é religioso, e, por ele hei de

trabalhar até o fim da minha vida. Ninguém poderá modificá-lo, pois minha promessa foi feita a Deus e não aos homens” (SILVEIRA, 1969). As comoventes palavras de Maurina remontam à ideia, mesmo que indiretamente, de que a vida religiosa e a vida política são realidades incongruentes, como se para trilhar um caminho fosse necessário abdicar do outro. Essa percepção é evidentemente tomada por Andrade, em especial, na última participação da personagem da Madre Superiora quando esta sugere que não cabe às freiras o envolvimento na política, ao mesmo tempo que, inocentemente, parece desconhecer a realidade do autoritarismo de Estado e seus desmandos.

Freira- Vivia sonhando com o mundo lá fora. Tenho curiosidade de saber se é o que ela esperava.

Madre- Se não for, ela voltará para nosso meio. E tenho certeza de que vai voltar. Nada aconteceu com irmã Joana. Felizmente não foi martirizada. Afinal, vivemos num país civilizado. Nosso homem tem bom coração. Se é severo, às vezes, é porque o povo precisa trabalhar e viver em paz. E devemos agradecer a Deus por isto. Nem devem acreditar em tudo que ela disser. Imaginação é o que nunca lhe faltou. Vocês conhecem irmã Joana e sabem que ela sempre foi meio revoltada, querendo consertar o mundo. Isto a Deus pertence. Cantem comigo!” (ANDRADE, 1977, p. 88).

A peça de Jorge Andrade, publicada já durante a abertura “lenta, gradual e segura” anunciada pelo então presidente Ernesto Geisel, possui um conteúdo explicitamente político. Trata de questões ligadas à ditadura militar, prisões, torturas, violência sexual, religiosos perseguidos etc. Conforme aponta Pesavento (2003, p. 40), “a literatura é sempre um registro – privilegiado – do seu tempo.” Não à toa, a peça, escrita no início dos anos de 1970, sofreu censura por parte do governo militar e foi publicada apenas em 1977.

Imaculada

A respeito do romance “Imaculada”, publicado pela jornalista Denise Assis em 2013, Carlos Fico pondera que “lentamente nos aproximamos do que possa ser entendido como uma verdade histórica – conceito sempre problemático – através das várias leituras, das infinitas interpretações possíveis” (FICO, 2013, p. 09). Ao fazer essa consideração, o historiador faz sugestiva menção ao caso de Maurina Borges da Silveira, uma vez que a

autora apresenta sua personagem como uma das possibilidades de desdobramento da vida da religiosa presa pela ditadura militar. Assim acrescenta Fico: “o leitor pode estar certo de uma coisa: essa é uma narrativa inteiramente possível e muitos episódios impressionantes da história do regime militar brasileiro bem poderiam render livros como este” (FICO, 2013, p. 15). É importante ressaltar que, além de “Imaculada”, Denise Assis assinou uma importante reportagem investigativa sobre o caso de Madre Maurina Borges da Silveira, publicada no Jornal do Brasil, em 2003 (CUBAS, 2018). Por seus trabalhos de investigação do caso, a autora foi convidada a depor na Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em 2013, em audiência pública que tratou particularmente a respeito de Madre Maurina.

A literatura, mais que representar uma realidade, é constituinte desta. Pode ser compreendida como representação, desde que isso não signifique pensá-la como o decalque de uma realidade objetiva e, portanto, materialmente apreensível. A literatura possibilita formas de acesso a uma realidade, construída por meio de pensamentos, reflexões, trajetórias plurais, portanto, é carregada de subjetividade. Antônio Candido (1999, p. 83) nos chama atenção ao fato de que “a fantasia quase nunca é *pura*. Ela se refere constantemente a alguma realidade: fenômeno natural, paisagem, sentimento, fato, desejo de explicação, problemas humanos, etc.” Em sua relação com a História, ela distingue-se daquilo que fragilmente caracterizamos como realidade (entendida sempre pela chave da representação) por sua desobrigação com os eventos, tal como são dados a conhecer pela pesquisa. Tais eventos podem, todavia, ser facilmente reconhecidos ao longo da narrativa, denunciando, por meio da ficção, o quão absurda uma realidade pode ser. O imaginário, lembra Pesavento, “é sempre um sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente” (PESAVENTO, 2006, n.p.).

Já no início do livro, Imaculada, a religiosa que dá título à obra homônima, é alocada em uma cena de negociação. A freira pede a um empresário da cidade que contribua com o orfanato “Lar Santa Rita de Cássia”, por ela dirigido. Ela solicita a doação de um presente ao neto do empresário, entregue à instituição como órfão, para que a mãe, solteira, não

tivesse sua honra maculada. “Invariavelmente suas aventuras (das moças jovens) resultavam numa criança indesejada, entregue de madrugada no colégio, envolta em roupas caras e pactos de silêncio” (ASSIS, 2013, p. 28). Interpretando a conversa como chantagem, o homem ameaça Imaculada e lhe acusa de ceder espaços dentro da instituição para grupos terroristas articularem políticas e práticas subversivas. Imaculada afirma ter a consciência tranquila, pois trata-se de um grupo de jovens católicos em busca da palavra de Deus e da empatia aos seus parentes presos, torturados ou desaparecidos. Nada além disso, “achava mesmo que estava agindo certo, sendo solidária” (ASSIS, 2013, p. 26).

Essa passagem demonstra absoluta semelhança às narrativas que buscavam, de alguma forma, explicar ou dar sentido ao que acontecera com Madre Maurina em fins dos anos 1960. Sobre crianças vindas de famílias abastadas da cidade, Maurina – que dirigia um orfanato, vale lembrar – declarou efetivamente sua intenção de devolvê-las aos pais, visto que o orfanato tinha a função de atender exclusivamente crianças órfãs e carentes. Segundo depoimento concedido pela própria Madre, em 1998, os fatos ocorridos tiveram total relação com essa decisão: “Elas estavam tomando o lugar de outras, pobres, que precisavam de fato ficar no orfanato Lar Santana. [...] O que eu fiz? Devolvi as 15 crianças. Fui à casa de cada uma delas e as devolvi. E eram mansões, casas enormes” (SILVEIRA, 1998). Seu entendimento é de que ela teria sido vítima não apenas dos militares, mas igualmente do poder econômico local. Em relação ao grupo que frequentava o Lar Santana, Maurina sempre afirmou que não tinha a dimensão do conteúdo daquilo que era debatido nas reuniões. Embora soubesse do teor político ligado a causas sociais, não imaginava que se tratava de um grupo que optara pela luta armada e planejava guerrilhas. Mário Lorenzato, um dos líderes da FALN – movimento dos estudantes que articulavam estratégias dentro do orfanato –, em fala publicada no livro “A coragem da Inocência”, confirma que a articulação política mais radical não era do conhecimento de Maurina:

Minha função principal, de acordo com a determinação do grupo logístico, além de produzir o jornal “O Berro”, fazer divulgação do movimento e intensificar contatos com os representantes da igreja católica. [...] Quando foi feita a proposta para a irmã Maurina, de ocuparmos uma sala no Lar Santana, ela imediatamente aceitou. A única proposta era que, em troca de usarmos o local, nós

reformássemos o prédio. A irmã Maurina ficou muito, mas muito, satisfeita. Era, realmente, necessária essa intervenção, porque o prédio estava mesmo numa situação muito difícil. Fizemos uma área de lazer, onde implantamos um sábado dançante lá.

O Lar Santana era um lugar mais seguro para as reuniões, e por se entender que era ligado à igreja, nós nos sentíamos mais protegidos. Seria o único lugar seguro para imprimir o jornal, porque ele já era de conhecimento da censura, circulava normalmente, inclusive nas bancas. Quando foi proibido, procuramos um local para ele ser feito de forma oculta e obtivemos todo o apoio da irmã. Ela tinha conhecimento desse nosso trabalho de fazer o jornal e da nossa posição política. Ela apoiava, mas nunca falamos com ela, por exemplo, sobre a luta armada. Isso ela não sabia. Seu conhecimento se baseava na leitura do jornal (LORENZATO apud SILVEIRA; GOMES; CASTRO, 2014, p. 83).

Na obra de Assis, a freira Imaculada é informada pelos jovens militantes sobre a perseguição policial que estão sofrendo e recebe a orientação para destruir os materiais que se encontram na sala de reuniões. Sabendo do risco que corre, Imaculada queima todos os papéis no jardim do orfanato. É nesse instante que os policiais militares chegam, flagram o ato, arrancam o seu véu e iniciam práticas abusivas. Observamos, nesta passagem do texto, novamente a emblemática referência ao hábito como elemento central nas acusações. Um dos militares profere: “Acabou a festa, dona. Pode ir tirando essa fantasia de freira porque a senhora não passa de uma comunistinha de merda” (ASSIS, 2013, p. 46)

O ato de queimar materiais foi o fato que justificou a prisão de Madre Maurina. Em entrevista à Folha de São Paulo, ela afirmou saber que poderia ser presa a qualquer momento e que queimou todo o material por seu potencial incriminador. Para Cubas (2018), apesar de não possuir ligação direta com a FALN, sua atitude diante das provas demonstra que possuía conhecimento da situação política do país. A decisão de queimar as evidências no lugar de entregá-las à polícia e delatar envolvidos sugere que, no ímpeto de uma decisão, optou pela não convivência a práticas que, sabia, eram recorrentes.

Em “Imaculada”, a tortura é explorada pela autora na intenção de justificar o que se desenvolve depois: a tortura, o estupro e a gravidez da freira estruturam toda a narrativa. Imaculada imaginava que depois de prestar depoimentos poderia esclarecer sua inocência e voltar ao Lar. Teve, porém, seu hábito destruído e fora submetida a torturas físicas e psicológicas. A violência sexual sofrida pela personagem também sugere aproximações

com práticas as quais Madre Maurina foi submetida. Na carta enviada ao ministro, Maurina explicita abusos cometidos pelos militares responsáveis por conduzir seu interrogatório:

Entre outras coisas dizia:

Irmã querida, posso te chamar de irmã, não é? Eu te quero muito, vem pertinho de mim. Pelo amor de Deus, fala tudo. Eu quero te dar uma colher de chá, ou melhor, dá-me uma colher de chá. Eu tenho pena de deixar-te nua na presença de todos. É chato pra mim. Vamos, me dá uma colher de chá... Pensa que eu estou há dias longe da minha mulher!...." Enquanto dizia tudo isso, abraçava-me, tentava esfregar suas mãos nas minhas e procurava tocar nos meus joelhos. Eu sentia uma repugnância terrível e não via a hora de livrar-me daquele homem (SILVEIRA, 1969).

As declarações feitas por Madre Maurina sobre esse episódio sempre denunciaram o assédio sexual por parte de um dos militares, todavia, o estupro jamais fora confirmado. As suposições a respeito dessa delicada questão advêm dos testemunhos de pessoas que presenciaram Maurina entrando e saindo dos interrogatórios. Áurea Moretti, companheira de cela de Maurina, narra que "aqueles caras começaram a assediar ela, a tirar ela da cela, a qualquer hora, até de noite. Eles agarravam ela, mesmo. Um dizia: 'Quero casar com você; tô com saudade da minha mulher'" (MORETTI apud SILVEIRA; GOMES; CASTRO, 2014, p. 64). São depoimentos como esse que serviram como lastro para a construção da narrativa de Denise Assis.

Um dos torturadores da personagem Imaculada, o delegado Enéas, protagoniza cenas de intensa violência. A insistência nesse evento, nas duas obras aqui analisadas, remete diretamente a ações atribuídas ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, um dos responsáveis pelos interrogatórios de Maurina Borges da Silveira. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Madre Maurina lembra o reconhecido torturador. Diz ela:

Chegaram seis homens, mais ou menos, entre eles estava o Fleury (Sérgio Paranhos Fleury). Começaram os interrogatórios... [...] quando eu não respondia, eles me davam choque elétrico... Então, eles esperavam eu descansar para depois começar de novo. [...] O único que eu conhecia era o Fleury... Ele ficou danado da vida comigo. [...] "Você não responde? Não olha na minha cara?". Eu olhei bem no olho dele... Ele perguntou: "Como você me conheceu?". E eu disse que tinha conhecido o Fleury pela revista "Veja", quando ele tinha inventado uma história com os dominicanos. Ele ficou bravo quando falei isso, muito bravo. Simulou, bateu na mesa... E completei: "Foi aí que eu conheci você". Então, ele deu um murro na mesa e saiu da sala (SILVEIRA, 1998).

Todas as informações que versam sobre Fleury mostram que o delegado possuía reconhecimento pelas aplicações das técnicas de tortura e pela sua capacidade de “obter informações” a partir desta ação. A socióloga Olívia Rangel Joffily, ao escrever sobre o envolvimento das mulheres na luta armada durante a ditadura militar, descreve o delegado: “entre os torturadores, celebrizou-se o delegado Sérgio Paranhos Fleury, pela violência em sua atuação no Dops, na Oban e [...] no *Esquadrão da Morte* – grupo parapolicial de extermínio, formado no Rio de Janeiro e, depois, difundido em São Paulo” (JOFFILY, 2016, p. 75). No texto de Assis nos deparamos com um delegado que, ao comandar o interrogatório de Imaculada, “mandou que os homens trouxessem a aparelhagem de choques. Pareciam se divertir enquanto prendiam os fios nos indicadores das mãos de Imaculada. A corrente elétrica lhe causou um estremecimento em todo o corpo” (ASSIS, 2013, p. 131). Ainda sobre as relações de poder estabelecidas entre o torturador e o preso político, Joffily aponta para a evidente assimetria que as caracteriza e, em especial, às relações de gênero, que se acentuavam durante os interrogatórios. Conforme a socióloga, a militante de esquerda, segundo os sistemas de referências dos agentes de segurança

não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia. Aquela que não se contenta com o espaço privado que lhe cabe de direito e, por isso, quer ocupar aquele destinado aos homens (JOFFILY, 2016, p. 131).

É possível identificar esses elementos tanto em “Imaculada” como nas fontes e referências ao caso de Maurina. A virgindade é cobrada como símbolo de pureza. Fora dela e dentro da luta política, se justifica o tratamento grosseiro, cruel e abusivo dos torturadores.

Considerações Finais

Ao longo do artigo, buscou-se investigar como as narrativas que compõem as obras “Milagre na cela” e “Imaculada” apresentam similaridade com a realidade vivida por Madre Maurina Borges da Silveira a partir de 1969. As trajetórias das personagens criadas por

Andrade e Assis se desdobram em meio aos embates políticos que marcaram os anos de ditadura militar no Brasil. Os dois autores tratam, através da licença criativa, das relações entre a Igreja Católica e os governos ditatoriais, e apresentam a violência em forma crua e abusiva e desenham realidades que nos pareceriam aceitáveis apenas em ficção.

O exílio – vivenciado efetivamente por Maurina – foi o artifício utilizado por Denise Assis para acompanhar a trama de seu romance. A autora admite, porém, escapar da vida de Maurina para escrever o desfecho final de seu romance. Ainda que assumidamente ficcional, o exílio de Imaculada, tal qual o de Maurina, foi marcado por desconhecimentos, silêncios e insinuações. Se em “Imaculada” encontramos a narrativa de uma gravidez, pouco sabemos do cotidiano de Madre Maurina no México, além do fato de que foi acolhida e dedicou-se exclusivamente aos trabalhos religiosos.

Andrade, por sua vez, não vai até o exílio. O autor escolhe encerrar sua peça com cantos entoados por Irmã Joana. Após as atrocidades descritas cena a cena, apresenta versos que, ao anunciarem um horizonte relativamente otimista de futuro, imiscuem, de forma incontestável, realidade e ficção:

É preciso sobreviver
E sobreviveremos
Para o amanhã que virá.
Não importa o cerrar da boca,
ou que a voz caminhe incerta
na garganta dolorida,
se amanhã o protesto
sairá da boca
de milhões.
Ficou a crença no amanhã,
Hoje proibido!
É preciso sobreviver,
Para o amanhã que virá. (ANDRADE, 1977, p. 93).

Madre Maurina Borges da Silveira retornou ao Brasil em 1979 e retomou, envolta em silêncio, seu trabalho junto a Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição. Pouco falou sobre os eventos acima descritos, exceto para familiares e em depoimentos concedidos a Luís Eblak, Matilde Leone e Denise Assis. Faleceu aos 84 anos, em março de 2011. Por tudo o que vivenciou é, sem sombra de dúvidas, uma personagem

emblemática para a história do país. Talvez nunca possamos precisar com exatidão todos os nós que circunscrevem sua trajetória após a prisão. Contudo, podemos nos debruçar sobre seus rastros, ainda que pouco visitados, para afirmar, entre outras coisas, a atuação do regime militar frente aos sujeitos mais diversos. Enquanto os trabalhos historiográficos sobre o caso se constroem, buscamos nos textos literários – assumidamente ficcionais – as possíveis respostas para esse passado. Como afirmou Carlos Fico (2013, p. 12), no prefácio de “Imaculada”, a história acadêmica “tem muito a aprender com essas formas de enunciação, com sua capacidade de captar e compreender, de uma maneira empática, as questões complexas, os temas tabu.” Seja pela História ou pela literatura, revisitar o caso Maurina é exercício imprescindível, pois nos alerta para as atrocidades de realidades que, muitas vezes, transcendem a ficção.

Referências

ANDRADE, Jorge. *Milagre na cela*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSIS, Denise. *Imaculada*, 1ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 2013.

CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. *Remate de Males*, São Paulo: v.19, n.03, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>>. Acesso em 25 jul. 2020.

_____. Prefácio. In: ANDRADE, Jorge. *Milagre na cela*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CUBAS, Caroline Jaques. *Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)*. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

_____. *Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Público Nacional, 2018.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FICO, Carlos. Prefácio. In: ASSIS, Denise. *Imaculada*, 1 ed, Rio de Janeiro: Topbooks, 2013.

FIRMINO, Dênis Sebastião Ramos. A Ditadura na adaptação de Milagre na cela para o filme A freira e a tortura. In: 1º Congresso Internacional de Intermidialidade, 2014, São Paulo. *Anais do 1º Congresso Internacional de Intermidialidade*. São Paulo: Blucher, 2015. p. 417-430. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/a-ditadura-na-adaptao-de-milagre-na-cela-para-o-filme-a-freira-e-a-tortura-20130>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. *Leituras da ditadura civil-militar à luz da adaptação do texto teatral Milagre na cela para o filme A freira e a tortura*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária), Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia., 2016.

JOFFILY, Olivia R. *Esperança equilibrista: Resistência feminista à ditadura militar no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2016.

OLIVEIRA, Marly A. de. Milagre na cela: estudo crítico. *Travessia*. Florianópolis, n. 01, 1980. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/viewFile/18164/17053>>. Acesso em 25 set. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *Revista História da Educação*. ASPHE/FAE/UFPEL, v.7, n. 14, p. 31-45, jul./ set. 2003.

_____. História & literatura: uma velha-nova história. *Colóquio Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Paris, n. 6, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: o tempo narrado*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SERBIN, Keneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, torturas e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVEIRA, Frei Manoel B; GOMES, Saulo; CASTRO, Moacyr. *A coragem da inocência de Madre Maurina Borges da Silveira*. Brasília: Associação Brasileira de Anistiados Políticos, Instituto de Identidades Culturais, 2014. Disponível em: <http://anistiapolitica.org.br/livro_madre_maurina.pdf>. Acesso em: set. 2019.

SILVEIRA, Maurina Borges da. Carta ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid. Tremembé, 17 dez. de 1969. Disponível no acervo da BDIC - Bibliothèque Internationale de Histoire Contemporaine. Fundo DIAL/ Brésil. Grifos no original.

_____. [Entrevista concedida a] EBLAK, Luis. A Freira na prisão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 jun. de 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs07069806.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

WHITE, Hayden. O evento modernista. *Revista Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 191-219, mai.- dez, 1998.